



13ª Reunião de Análise da Estratégia

- 10.5.2019 -

Assessoria de Planejamento e Gestão
Diretoria Geral / ASPLAN-DG



Pauta

1. Pendências Última RAE
2. Política de Segurança da Informação
3. Desmembramento do Plano Tático de TIC do Plano Tático Institucional
4. Planejamento Estratégico – resultado objetivos estratégicos e indicadores 2018
5. Revisão do Planejamento Estratégico
6. Programa de Gestão e outros projetos
7. Demandas do Comitê de Priorização do 1º grau
8. Metas do CNJ
9. Selo Justiça em Números
10. Planejamento das Eleições 2020 (tema acessibilidade e calendário de reuniões)
11. Alteração Plano de Contratações



1. PENDÊNCIAS ÚLTIMA RAE



PENDÊNCIA 1

Ind. 3.2 Acessibilidade às pessoas com deficiência nos locais de votação

COSEL

COSEL fazer o levantamento das seções acessíveis com base nas vistorias dos locais de votação feitas para as Eleições 2018.
(SEI [0005345-17.2018.6.27.8000](#)).

Decisão RAE:

A STI, juntamente com a Comissão de Mapeamento do Processo de Vistoria aos Locais de Votação, devem iniciar em Miracema, como Projeto Piloto, as pré-vistorias nos locais de votação. Após definirem a forma e o padrão de como fazer, deve ser replicada aos chefes de cartório para ser feito em todo o estado. Deverá também atentar para os requisitos definidos pela CPAI - Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (SEI 0012271-62.2017.6.27.8060 e 0024301-32.2017.6.27.8060).

PENDÊNCIA 2



Governança Pública

ASPLAN-DG
ASPEQ

ASPLAN-DG apresentou uma minuta da matriz do indicador “Governança do TRE-TO – iGovPub”, mas solicitou prazo até a próxima RAE para estudo mais profundo.
Decisão COGETIC: APROVADO

Decisão RAE:

Como nesta reunião foi aprovado a revisão dos indicadores, deve-se para a próxima reunião apresentar a matriz dos novos indicadores e fazer a revisão dos que ficaram no PETRE.



PENDÊNCIA 3

Plano de Continuidade de negócio

ASPLAN-DG
ASPEQ

Decisão Reunião COGETIC – ACAD 5.12.2018

Quanto à pendência relativa à inclusão do Processo Gerir a Continuidade do Negócio no escopo da Qualidade, a ser inserido como subprocesso do processo Gerir a Estratégia, decide a Alta Direção que o comitê de riscos deverá propor alteração na resolução que trata de riscos, acrescentando as diretrizes para o plano de continuidade de negócios **até março de 2019.**

ASPLAN-DG e ASPEC pediram prazo para realizar essa atividade.



2. Política de Segurança da Informação

Apresentação STI – Anexo II



3. Desmembramento do Plano Tático de TIC do Plano Tático Institucional

Demanda do CNJ (SEI 0005662-78.2019.6.27.8000)

Plano Estratégico de TIC

Plano Diretor de TIC

Plano de Contratações 2019 de TIC



**Planejamento
Estratégico
Institucional**



**Programa de
Gestão**

**Plano Estratégico
de Gestão de
Pessoas**

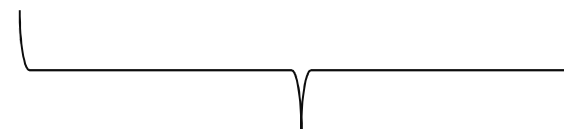


**Plano Diretor de
Gestão de
Pessoas**

**Planejamento
Estratégico de
TIC**



**Plano Tático de
TIC**



**PADRONIZAR
OS NOMES**



4. Planejamento Estratégico

PETRE e PETIC
RESULTADO 2018

Detalhamento:
ANEXO III – Apresentação NUEGE
ANEXO IV – Planilha de Acompanhamento
dos Indicadores

Obs: O Planejamento Estratégico de Gestão de Pessoas
começará a ser medido e monitorado em 2019.

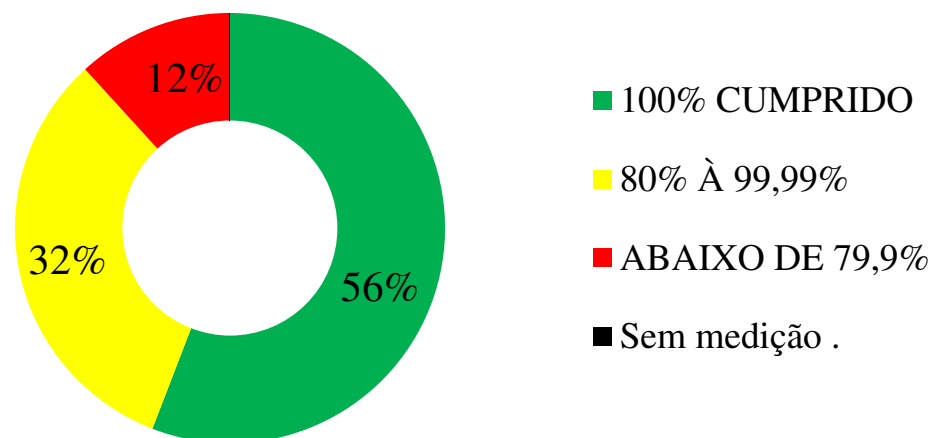


Planejamento Estratégico Institucional 2015-2020

Ind. 27 – Execução da Estratégia

% de Cumprimento das metas

RESULTADO 2018



Obs:

1. Não entraram no computo do indicador os indicadores sobrestados e os anuais ainda não medidos. Eles podem ser conferidos no Anexo III da RAE.

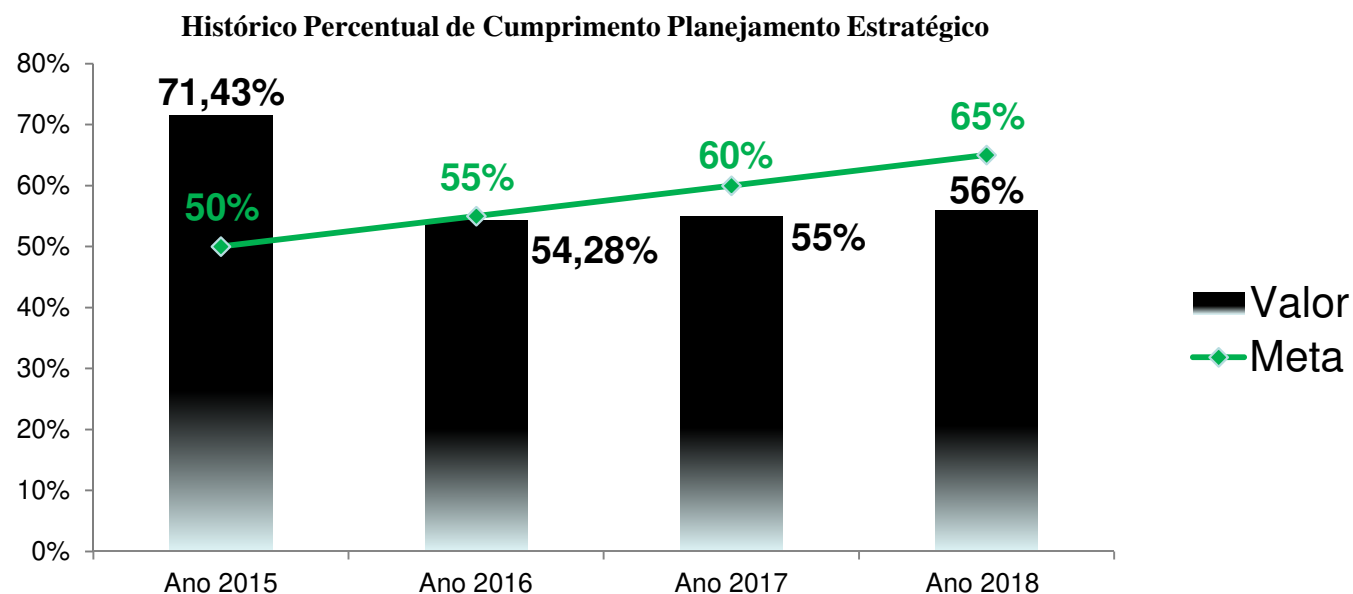


HISTÓRICO

Planejamento Estratégico Institucional 2015-2020

Ind. 27 – Execução da Estratégia

% de Cumprimento das metas



Resultado Objetivos Estratégicos 2018



OBS:

Os resultados dos objetivos estratégicos são calculados com base no percentual de cumprimento das metas estabelecidas nos indicadores estratégicos.

Figura 4.1 Resultados Objetivos Estratégicos

MAPA ESTRATÉGICO DO TRE //// Resultado Indicadores 2018



Monitoramento

Indicadores Estratégicos

Com % de Cumprimento da Meta abaixo de 80%

Indicador	Medição	Valor	Meta	% Cumprimento
Ind. 9.1 Taxa de congestionamento 1º Grau	31/12/2018	43%	29%	67,4%
Ind. 10.1 Julgamento de ações que possam importar em restrições à diplomação (negação ou cassação) ou decretação de perda de mandato eletivo.	31/12/2018	16,67%	100%	16,7%
Ind. 10.2 Julgamento de ações que possam importar em restrições à diplomação (negação ou cassação) ou decretação de perda de mandato eletivo.	30/12/2018	21,43%	100%	21,4%
Ind. 11 Índice de julgamento dos Recursos em ações que possam importar em restrições à diplomação (negação ou cassação) ou decretação de perda de mandato eletivo.	31/12/2018	25%	100%	25%

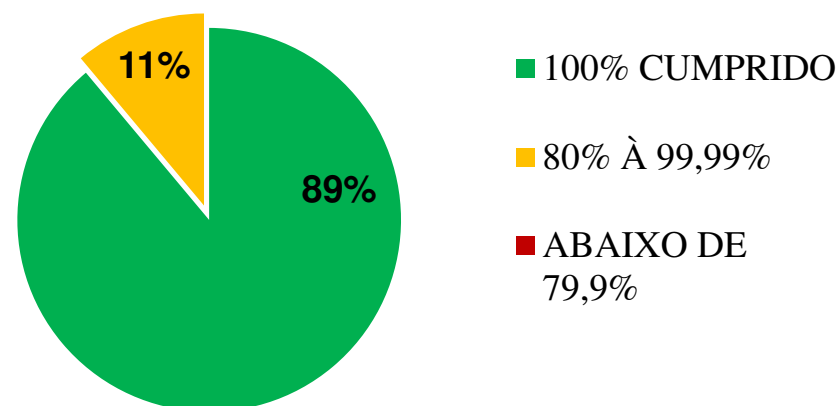
Continua...



Planejamento Estratégico de TIC 2015-2020

Ind. 30 - % de Cumprimento das metas PETIC

Percentual de Cumprimento PETIC - Ano 2018



Obs:

1. Não entraram no computo do indicador os indicadores sobrestados e os anuais ainda não medidos. Eles podem ser conferidos no Anexo III da RAE.

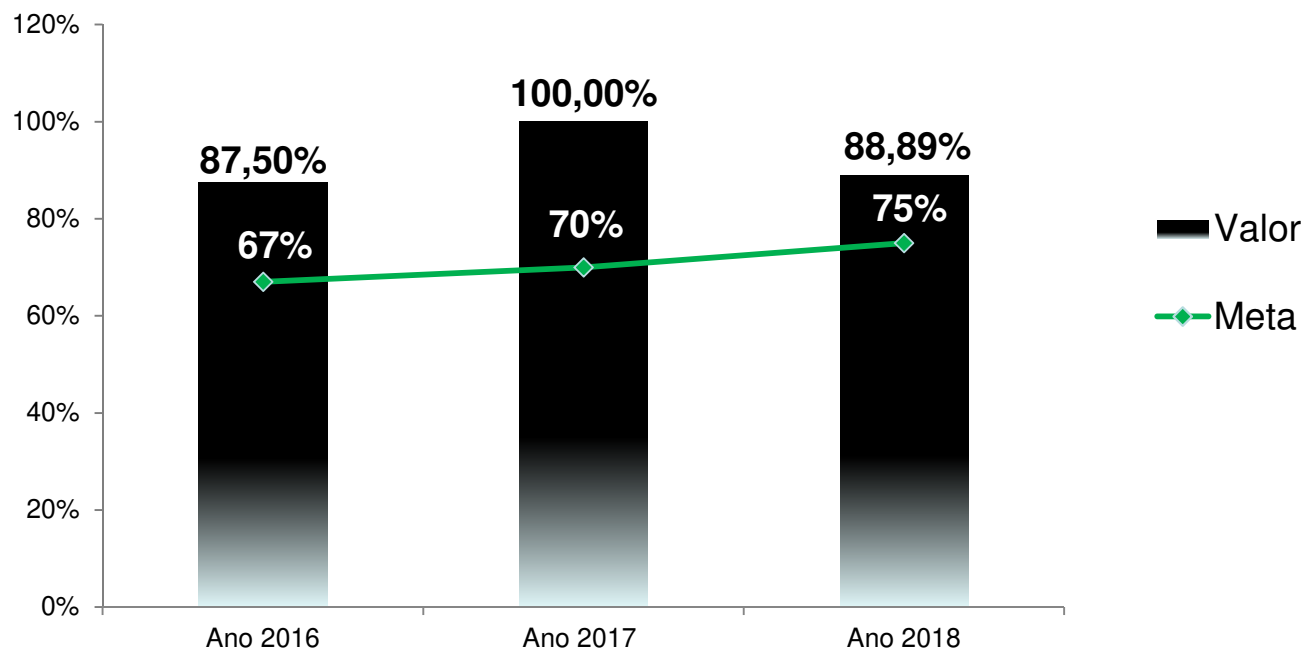


HISTÓRICO

Planejamento Estratégico 2015-2020

Ind. 30 - % de Cumprimento das metas PETIC

Histórico Percentual de Cumprimento PETIC - Ano 2018





5. Revisão do Planejamento Estratégico

Atualizar Análise SWOT

(Conforme Decisão COGETIC na ACAD de 5/12/2018 –
SEI n. 0022678-79.2018.6.27.8000)

Revisão dos Indicadores

ANÁLISE DE AMBIENTE

Análise SWOT

Ambiente Interno

- ▶ Efetividade dos serviços prestados a sociedade;
- ▶ Elevado nível de satisfação da sociedade em relação aos serviços do TRE-TO;
- ▶ Elevado comprometimento dos magistrados, servidores, membros do Ministério Público e colaboradores
- ▶ Disponibilidade de recursos (materiais, financeiros, humanos e tecnologia da informação);
- ▶ Alta qualificação dos servidores;
- ▶ Integração do Plano Anual de Capacitação com as necessidades das unidades;
- ▶ Sistema Eletrônico de Informações - SEI (Processos Administrativos Eletrônico);
- ▶ Gestão do processo eleitoral com certificação ISO 9001.

Pontos Fortes

Ambiente Externo

- ▶ Necessidade de conscientização política da sociedade;
- ▶ Facilidade de firmar convênios e parcerias com instituições públicas e privadas;
- ▶ Realização de eleições não-oficiais;
- ▶ Segurança do processo eleitoral;
- ▶ Compartilhamento de informações constantes do cadastro eleitoral com outras instituições.
- ▶ Pressão social por redução dos gastos públicos;

Oportunidades

Pontos Fracos

- ▶ Deficiência na comunicação interna;
- ▶ Baixa aderência entre a programação e a execução orçamentária;
- ▶ Inexistência do Processo Judicial Eletrônico no 1º Grau
- ▶ Necessidade de requisição de servidores junto a outros órgãos;

Ameaças

- ▶ Legislação eleitoral defasada e instável
- ▶ Dotação orçamentária com tendências restritivas;

Ambiente Interno

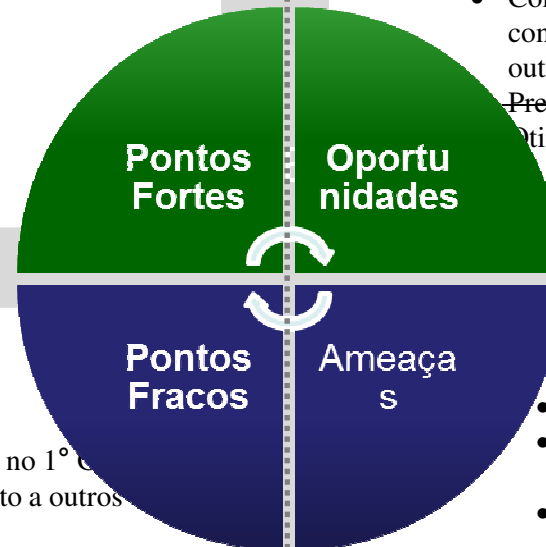
- Efetividade dos serviços prestados à sociedade;
- ~~Elevado~~ Nível de satisfação da sociedade em relação aos serviços **da JE-TO**
- ~~Elevado~~ Comprometimento dos magistrados, servidores, membros do Ministério Público e colaboradores
- Disponibilidade de recursos (materiais, financeiros, humanos e tecnologia da informação)
- ~~Alta~~ Qualificação dos servidores;
- Integração do Plano Anual de Capacitação com as necessidades das unidades
- ~~Sistema Eletrônico de Informações - SEI (Processos Administrativos Eletrônico);~~
- Gestão do Processo Eleitoral com certificação ISO 9001

- ~~Deficiência na Comunicação interna;~~
- ~~Baixa aderência entre a programação e a execução orçamentária;~~
- Inexistência do Processo Judicial Eletrônico no 1º C
- Necessidade de requisição de servidores junto a outros órgãos;
- **Obrigatoriedade da presença física do eleitor no cartório eleitoral para movimentação ou atualização do título eleitoral, assim como para a regularização da sua situação em caso de pagamento de multa eleitoral.**

Ambiente Externo

- ~~Necessidade de~~ Conscientização política da sociedade;
- ~~Facilidade de~~ firmar convênios e parcerias com instituições públicas e privadas;
- Realização de eleições não-oficiais;
- **Comunicação da** segurança do processo eleitoral;
- Compartilhamento de informações constantes do cadastro eleitoral com outras instituições;
- ~~Pressão social por~~ Redução otimização dos gastos públicos;

- Legislação eleitoral defasada
- Dotação orçamentária com tendências restritivas
- **Fake News relacionadas à segurança do processo eleitoral**



MAPA ESTRATÉGICO DA JUSTIÇA ELEITORAL DO TOCANTINS

Missão: Garantir a legitimidade do processo eleitoral

2015

VISÃO DE FUTURO

2020

Ser modelo de excelência na gestão do processo eleitoral e na educação política da sociedade

► Tendências atuais

- Aumento da quantidade de julgados;
- Julgamento de processos antigos;
- Profissionalização da gestão;
- Intensificação do uso de tecnologia da informação;
- Probidade e combate à corrupção.

► Cenário Desejado

- Justiça mais acessível;
- Probidade pública;
- Justiça tempestiva;
- Garantia da legitimidade do sistema eleitoral;
- Maior racionalização do sistema judicial;
- Valorização profissional;
- Melhoria da qualidade do gasto público;
- Equalização das estruturas de 1º e 2º Grau de Jurisdição;
- Disseminação da "Justiça Eletrônica"

Sociedade

Garantia dos direitos de cidadania

Processos Internos

Combate à corrupção e à improbidade administrativa

Celeridade e produtividade na prestação administrativa e jurisdicional

Fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral

Recursos

Aperfeiçoamento da gestão de pessoas

Aperfeiçoamento da gestão orçamentária

Fortalecimento da governança

Aperfeiçoamento da governança de tecnologia da informação

► Valores

- **Ética** - preza a observância dos princípios constitucionais da moralidade, impessoalidade e legalidade;
- **Transparência** - destaca-se pela prática de ações com ampla publicidade e fácil acesso;
- **Imparcialidade** - prima por julgamento reto e justo;
- **Celeridade** - exige empenho, rapidez e qualidade;
- **Acessibilidade** - facilita, em todas as suas formas, o acesso do cidadão à Justiça Eleitoral.
- **Sustentabilidade** - capacidade de o ser humano interagir com o mundo, de modo a não comprometer os recursos naturais das gerações futuras.

MAPA ESTRATÉGICO DA JUSTIÇA ELEITORAL DO TOCANTINS

Missão: Garantir a legitimidade do processo eleitoral

2015

VISÃO DE FUTURO

Ser modelo de excelência na gestão do processo eleitoral e na educação política da sociedade

2020

Sociedade

1. Garantia dos direitos de cidadania

- 1. Índice de satisfação dos clientes externo (eleitores, candidatos, partidos e advogados)
- 2. Índice de acesso à Justiça

- 3.1 - Índice de acessibilidade às pessoas com deficiência nos prédios TRE-TO
- 3.2 - Índice de acessibilidade às pessoas com deficiência nos locais de votação
- 3.3 - Índice de acessibilidade às pessoas com deficiência aos portais e site eletrônico do TRE-TO

- 4.1 - Responsabilidade ambiental
- 4.2 - Responsabilidade social

Processos Internos

2. Combate à corrupção e à improbidade administrativa

- 5. Índice de desempenho do Plano Anual de Auditoria e de Acompanhamento de Gestão
- 6. Índice de cumprimento das recomendações expedidas pela Coordenadoria de Controle Interno e Auditoria

3. Celeridade e produtividade na prestação administrativa e jurisdicional

- 7. Índice de processos de conhecimento julgados em relação aos distribuídos (META 1 CNJ)
- 8. Índice de julgamento dos processos antigos (META 2 - CNJ)
- 9. Taxa de congestionamento
- 10. Índice de julgamento de ações que possam importar em restrições à Diplomação
- 11. Índice de julgamento dos recursos que possam importar em restrição à diplomação
- 12. Tempo médio de resposta a contatos dirigidos à Ouvidoria

4. Fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral

- 13. Índice de eleitores com cadastro biométrico
- 14. Índice de reconhecimento biométrico das eleições
- 15. Índice de cumprimento das metas do SGQ

Recursos

5. Aperfeiçoamento da gestão de pessoas

- 16. Índice de execução do PAC
- 17. Índice de satisfação do Clima Organizacional
- 18. Índice de ações contempladas e executadas vinculadas aos gaps de competência.
- 19. Índice de absenteísmo
- 20. Índice de prevenção da saúde

6. Aperfeiçoamento da gestão orçamentária

- 21.1 Índice de execução do orçamentário
- 21.2 Índice de execução do orçamento
- 21.3 Índice de execução do orçamento de eleição
- 23. Índice de agilidade na tramitação de processos de aquisição de bens e serviços
- 24. Aderência da execução ao planejamento orçamentário
- 31. Índice de gestão orçamentária de TIC
- 32. Índice de execução de plano de contratações de TIC

7. Fortalecimento da governança

- 25. Índice de satisfação dos servidores em relação à comunicação interna
- 26. Índice de maturidade em gestão de riscos
- 27. Índice de execução da estratégia
- 28. Índice de adequação das instalações físicas

8. Aperfeiçoamento da governança de TIC

- 30. Índice de cumprimento das metas do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação



Revisão dos Indicadores e Metas

Planejamento
Estratégico
Atual

- 35 indicadores
- 38 metas

PETRE após
revisão

- 21 indicadores
- 25 metas (4 indicadores judiciais se desdobram em 1º e 2º Grau)

Objetivo 1: Garantia dos direitos da cidadania.

Continuam no PETRE 2019-2020	Excluir PETRE e inserir em:	Excluir o Indicador
01 - Satisfação dos clientes externos - ORE	3.1 - Acess. às PcD nos prédios da Justiça Eleitoral - SADOR	3.3 - Acess. às PcD aos portais e sítios eletrônicos do TRE-TO - STI
02 - Acesso à Justiça Eleitoral - STI	12 - SGQ - Tempo médio de resposta a contatos dirigidos à Ouvidoria - ORE (analisar Ob 1 ou 3)	
4.2 - Responsabilidade Social - CRS	3.2 - Acess. às PcD nos locais de votação - STI (CPAI)	

Observação:

Objetivo 2: Combate à corrupção e à improbidade administrativa.

Continuam no PETRE 2019-2020	Excluir PETRE e inserir em:	Excluir o Indicador
Meta 4 – Priorizar o julgamento dos processos relativos a crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais		05 - Desempenho do Plano Anual de Auditoria e de Acompanhamento de Gestão – CCIA
Decisão RAE: CCIA, SJI e CRE criar um indicador de ordem administrativa que reflita a análise das contas eleitorais		

Observação:

Objetivo 3: Celeridade e produtividade na prestação administrativa e jurisdicional

Continuam no PETRE 2019-2020	Excluir PETRE e inserir em:	Excluir o Indicador
7 - Índice de processos de conhecimento julgados em relação aos distribuídos		10 - Índice de julgamento de ações que possam importar em restrições à Diplomação (negação e cassação) ou decretação de perda de mandato eletivo
8 - Índice de julgamento dos processos antigos		11 - Índice de julgamento dos Recursos em ações que possam importar em restrições à diplomação (negação ou cassação) ou decretação de perda de mandato eletivo - CRE/SJI
23 - SGQ - Tempo de tramitação de processos de aquisição/contratação de bens e serviços - SADOR		
9 - Taxa de Congestionamento		

Observação:

Objetivo 4: Fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral

Continuam no PETRE 2019-2020	Excluir PETRE e inserir em:	Excluir o Indicador
15 - SGQ - Índice de cumprimento das metas do Sistema de Gestão da Qualidade - ASPEQ		13 - SGQ - Índice de eleitores com cadastro biométrico - STI (100%)
Índice de transparência do Poder Judiciário (discutir)		14 - Reconhecimento biométrico das Eleições – STI

Observação:

Objetivo 5: Aperfeiçoamento da gestão de pessoas

Continuam no PETRE 2019-2020	Excluir PETRE e inserir em:	Excluir o Indicador
Índice de cumprimento das metas do Planejamento Estratégico de Gestão de Pessoas (PEPE)	16 - Índice de execução do PAC – SGP (está no PEPE)	
	17 - Satisfação do Clima Organizacional – SGP (está no PEPE)	
	18 - Ações contempladas e executadas vinculadas aos gaps de competência – SGP (está no PEPE)	
	19 - Absenteísmo – SGP (está no PEPE)	
	20 - Índice de prevenção da saúde – SGP (está no PEPE)	

Observação:

Objetivo 6: Aperfeiçoamento da gestão orçamentária

Continuam no PETRE 2019-2020	Excluir PETRE e inserir em:	Excluir o Indicador
Custo por Eleitor	21.1 - SGQ - Índice de execução do orçamento ordinário - SADOR	24 - Aderência da execução ao planejamento orçamentário - SADOR
Execução do Plano de Contratações	21.2 - SGQ - Índice de execução do orçamento estratégico - SADOR	32 - Índice de execução do Plano de contratações de tecnologia da informação - SADOR
	21.3 - SGQ - Índice de execução do orçamento de Eleições - SADOR	31 - Gestão Orçamentária de TIC - SADOR

Observação:

Objetivo 7: Fortalecimento da governança

Continuam no PETRE 2019-2020	Excluir PETRE e inserir em:	Excluir o Indicador
27 - Execução da estratégia - ASPLAN-DG SUBSTITUIR POR Índice de Cumprimento das metas do PETRE	25 - Índice de satisfação dos servidores em relação à comunicação interna - ASCOM - SGQ	28 - Adequação das instalações físicas - SADOR
Índice de Governança (i-Gov)		
Índice de Execução do Planejamento Integrado das Eleições		
06 - Cumprimento das recomendações expedidas pela CCIA - CCIA (SOBRESTADO)		
26 - Maturidade em gestão de riscos - CCIA		
4.1 - Responsabilidade Ambiental - NUGES (substituir por Índice de Execução do PLS)		

Observação:

Objetivo 8: Aperfeiçoamento da governança de tecnologia da informação

Continuam no PETRE 2019-2020	Excluir PETRE e inserir em:	Excluir o Indicador
30 - Índice de cumprimento das metas do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação		

Observação:

6. MONITORAMENTO DO PROGRAMA DE GESTÃO



Escritório
Corporativo de
Projetos - ECP





Programa de Gestão Participativo

Biênio 2017-2019



Programa de Gestão

Atualizado em 9.5.2019



Tribunal Regional Eleitoral
do Tocantins

www.tre-to.jus.br

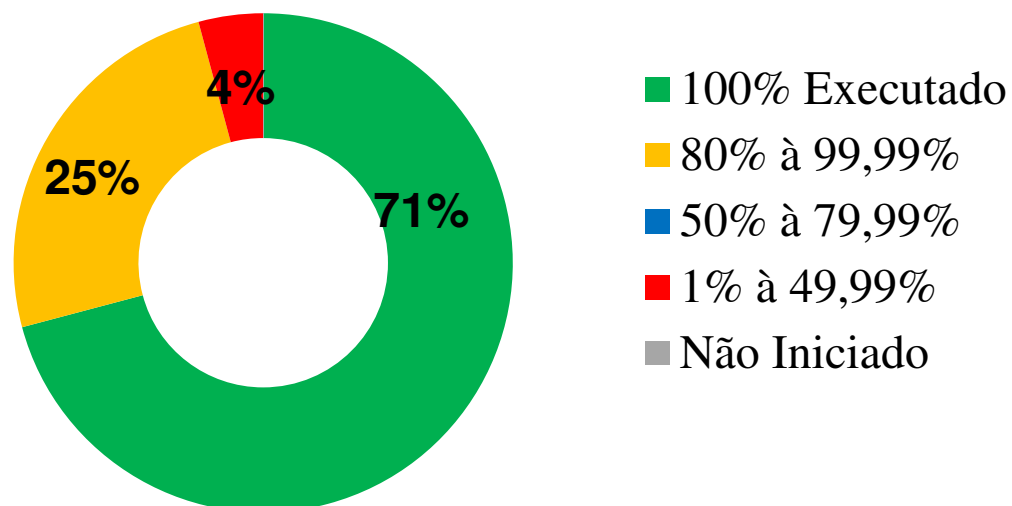
Programa de Gestão – 2017/2019

% Execução dos Projetos

Total: 24 Projetos



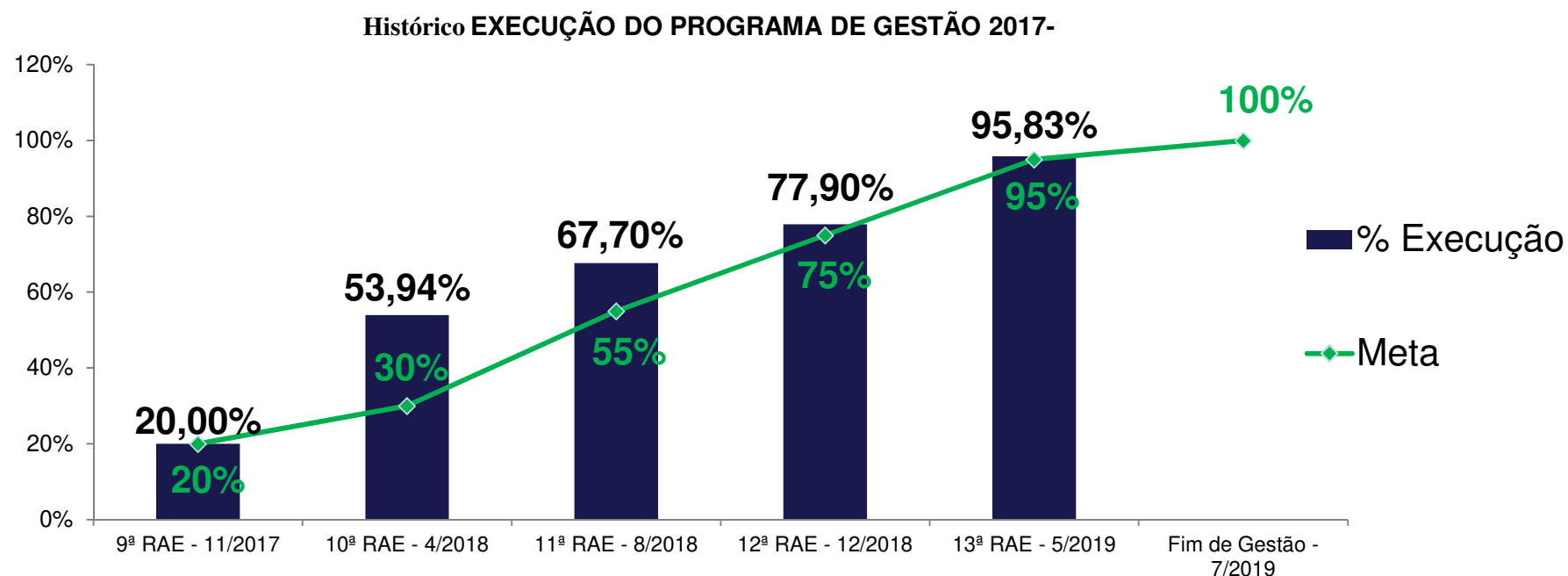
EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE GESTÃO 2017-2019



Obs: 1 Projeto Cancelado na Reunião do COGETIC de 27.2.2019 - Automatizar o grupo gerador da sede mediante a instalação de sistema de rampa

Programa de Gestão – 2017/2019

% Execução do Programa de Gestão



Objetivo 1: Garantia dos direitos de cidadania



Iniciativa/Projeto	Responsável	% Execução	Observação
Reformar os Cartórios Eleitorais de Alvorada, Paranã, Natividade, Itacajá, Arraias e Colmeia	SADOR	80,68%	
Fomentar a acessibilidade dos locais de votação	ZE's	100%	Falta TEP
Promover a inclusão Sociopolítica dos Povos Indígenas	ASPLAN	100%	TEP Aprovado 12ª RAE – 6.12.2018
Implantar Projeto social voltado à conscientização política	EJE	100%	TEP Aprovado 12ª RAE – 6.12.2018

Objetivo 2: Combate à corrupção e à improbidade administrativa

Não tem projetos vinculados



Objetivo 3: Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional



Iniciativa/Projeto	Responsável	% Execução	Observação
Ampliar a utilização do processo eletrônico na Justiça Eleitoral do Tocantins.	SJI	100%	TEP aprovado 10ª RAE 27.04.2018

Objetivo 4: Fortalecimento da segurança e da Transparência do processo eleitoral



Iniciativa/Projeto	Responsável	% Execução	Observação
Planejar, realizar, gerenciar e avaliar as Eleições 2018, de forma integrada (Secretaria e Zonas Eleitorais).	ASPEQ	100%	13ª RAE – TEP APROVADO (SEI n. 0014388-12.2017.6.27.8000, evento 1093523)

Objetivo 5: Aperfeiçoamento da gestão de pessoas



Iniciativa/Projeto	Responsável	% Execução	Observação
Promover capacitação presencial de servidores dos Cartórios Eleitorais	SGP	94,54%	
Aprimorar a gestão de assistência à saúde do TRE-TO	SGP	96,99%	
Implantar a gestão do perfil profissional	SGP	91,68%	
Ofertar Mestrado Profissional em Políticas de Gestão Pública	SGP	100%	13ª RAE – TEP APROVADO (SEI n. 0023807-56.2017.6.27.8000, evento 1029298)
Instituir Programa de Seleção Interna para Cargos e Função	SGP	100%	TEP Aprovado 12ª RAE – 6.12.2018

Objetivo 6: Aperfeiçoamento da gestão orçamentária

55,26%



Iniciativa/Projeto	Responsável	% Execução	Observação
Aprimorar o processo operacional da eleição (Gestão de recursos utilizados nas eleições)	STI	40,95%	COSEL/SEVUE Solicitado a status de execução no evento 1009423
Implantação de sistemas de geração de energia fotovoltaica em pelo menos uma unidade.	SADOR	95,76%	
Implantar sistema de gestão de frota	SADOR	100%	TEP aprovado 10ª RAE 27.04.2018
Renovar a frota de veículos oficiais	SADOR	100%	TEP aprovado 10ª RAE 27.04.2018

Objetivo 7: Fortalecimento da Governança



Iniciativa/Projeto	Responsável	% Execução	Observação
Revisar o Plano de Comunicação Institucional	ASCOM	99,31%	
Recertificar a Gestão do Processo Eleitoral conforme a Norma NBR ISO 9001:2015.	ASPEQ	100%	TEP aprovado 10ª RAE 27.04.2018
Revisar o Plano de Logística Sustentável	NUGES	100%	TEP aprovado 10ª RAE 27.04.2018
Elaborar o livro de Normas Eleitorais e Partidárias 2018.	SJI	100%	TEP Aprovado 12ª RAE 6.12.2018
Confeccionar cartilhas temáticas para as eleições 2018.	SJI	100%	TEP Aprovado 12ª RAE 6.12.2018
Instituir o sistema de governança do TRE-TO	DG	100%	TEP aprovado 10ª RAE 27.04.2018
Instituir Plano Estratégico da Secretaria de Gestão de Pessoas	SGP	100%	TEP aprovado 10ª RAE 27.04.2018

Objetivo 8: Aperfeiçoamento da governança de Tecnologia da Informação



Iniciativa/Projeto	Responsável	% Execução	Observação
Implementar os módulos administrativos no SEI: Diárias e Passagens, terceirizados, métricas PLS e Portal da Licitação.	STI	100%	13ª RAE 10.5.2019 - Solicita cancelamento dos Módulos “Diárias e Passagens” - Aprovado
Atualizar a infraestrutura do Data Center Corporativo do Tribunal	STI	100%	13ª RAE – TEP APROVADO (SEI n. 0023834-39.2017.6.27.8000, evento 1021417)

PROJETO DA EJE - Roda de Conversa

- LOCAIS: UNIVERSIDADE DO TOCANTINS - UNITINS e UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT

- DATAS: 17 e 26/10/18



PRINCIPAIS QUESTIONAMENTOS	REQUISITO DE QUALIDADE NÃO ATENDIDO OU QUE PODE SER MELHORADO	PROJETO/AÇÃO EM ANDAMENTO	PROCESSO DO SGQ
Fake News	Confiança	1.Criação do comitê permanente de combate à desinformação	Comunicação
Acessibilidade (Registro das dificuldades dos eleitores nos locais de votação)	Atendimento Acessibilidade		Comissão de acessibilidade
Mesários (Abordagem e informação quanto aos direitos da pessoa com deficiência, nome social)	Atendimento		Gestão de pessoas
Transparência/Dados abertos (dados sobre eleitores com direitos políticos suspensos)	Transparência		Comunicação - Ouvidoria
Tecnologia da informação/Comunicação (dúvida sobre programas para funcionamento da UE, motivos para as UE's serem questionadas, extração de dados ao final da votação, possibilidade hackers, voto impresso)	Transparência Segurança	1. Divulgação do Trabalho em tempo real 2. Divulgar a confiabilidade da urna eletrônica 3.Criação do comitê permanente de combate à desinformação	Infraestrutura tecnológica Votação Apuração Conunicação
Direitos humanos Contrassenso entre democracia e direitos humanos. Fala-se de democracia, mas se a pessoa quer ter o direito de não votar é penalizado. Como tratar desse assunto em direitos humanos?	-	-	-
Inovação Existe a possibilidade (estudos) para simplificar o processo eleitoral, realizar ao mesmo tempo eleições gerais e municipais, com vistas à diminuição de custos? Possibilidade de substituição do teclado por touch screen Voto impresso	-	-	Votação Infraestrutura tecnol ógica

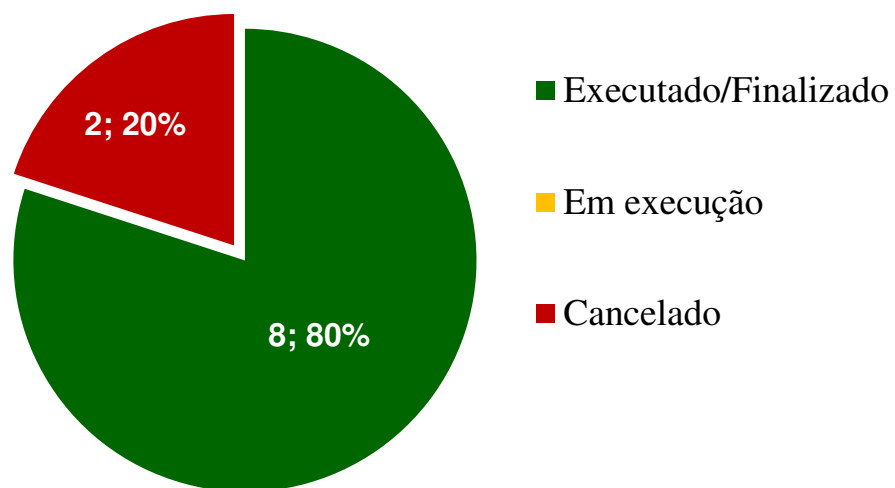
Avaliação das Eleições 2016

% Execução das Iniciativas

Total: 10 Projetos/Iniciativas



Execução das Iniciativas da Avaliação das Eleições 2016



CANCELADOS/SUBSTITUÍDO:

1. Central de Informações para Eleições (CANCELADO)
2. Gestão à Vista (SUBSTITUÍDO pelo projeto Painel de Bordo)

Iniciativas Avaliação das Eleições 2016



Iniciativa/Projeto	Responsável	% Execução	Observação
Revisão do Manual de Procedimentos Cartorários	CRE	100%	
TRE em Números	COFIN	100%	
Motivos para Ação - Processo Gestão de Pessoas	SGP	100%	
Otimização de bens e contratações	SADOR	100%	
Prosa e Café	ASCOM	100%	13ª RAE – TEP APROVADO - Termo de Encerramento SEI n. 0020034-03.2017.6.27.8000 Evento 1065975

Iniciativas Avaliação das Eleições 2016

Iniciativa/Projeto	Responsável	% Execução	Observação
Criar Portal da Estratégia	ASPLAN-DG	100%	
Painel de Apuração	COSEL	100%	
Gestão à Vista	ASPEQ	20%	12ª RAE 6.12.2018 – Substituir o projeto pelo Painel de Bordo
Central de Informações para Eleições	COSEL	0%	12ª RAE 6.12.2018 – CANCELADO
Aperfeiçoamento das prestações de contas	CCIA	100%	

Projetos Diversos

Aprovar TEP - Termo de Encerramento do Projeto Acesso das Forças de Segurança nas Aldeias

13ª RAE – TEP APROVADO

Projetos Avaliação das Eleições 2018

Unificar os projetos CENTRAL DE ASSESSORIA JURÍDICA PARA JUÍZES SJI com o NÚCLEO DE APOIO PROCESSUAL À ZEda SGP APÓS PJE (SEI 0003556-46.2019.6.27.8000).

APROVADO



7. Demandas do Comitê de Priorização do 1º Grau



- Sugerir implantação da norma ISO 9001 nas Zonas Eleitorais, a iniciar pela 29ª ZE/TO (**Ação a ser iniciada em abril/2019 na 29ª ZE**).

DECISÃO 13ª RAE:

1. Ficou decidido que os procedimentos do processo de “Atendimento ao Eleitor (28ª ZE)”, atualmente certificado na 28ª ZE, devem ser implantados em todos os Cartórios Eleitorais do Estado, não somente na 29ª ZE. Após a implantação e verificação se o procedimento está sendo seguido por todos, deve-se atualizar a descrição do processo no escopo do Sistema de Gestão da Qualidade para “Atendimento ao Eleitor” de forma que nas auditorias do sistema qualquer cartório eleitoral do estado possa ser auditado.
2. Quanto à implantação da norma ISO 9001 nas Zonas Eleitorais, decidiu-se que a ASPEQ deve fazer um estudo quanto à viabilidade técnica e financeira.



7. Demandas do Comitê de Priorização do 1º Grau

- Implementação do DNI na 29ª ZE/TO e demais Zonas Eleitorais que desejarem (**Ação a ser iniciada em abril/2019 na 29ª ZE**).

DECISÃO 13ª RAE: A implantação da DNI pela Justiça Eleitoral está suspensa.

- Ação para descarte de arquivos físicos a partir da tabela de temporalidade, com apoio da Comissão de Descarte do TRE/TO, inclusive com a possibilidade de reciclagem (abrir um SEI específico e solicitar colaboração da servidora Maria Zita, bibliotecária).

Informação: Ação a ser realizada pelo Secretário do Comitê Gestor 1º Grau.

- Incluir a política de Inclusão Social dos Povos Indígenas no PETRE 2021/2026.

DECISÃO 13ª RAE: O projeto já se tornou permanente de acordo com a Resolução TRE nº 444/2019 (SEI n. 0001175-19.2019.6.27.8080).

- Iniciar um SEI tratando da substituição de Juízes Membros do Comitê

Informação: SEI 0003735-77.2019.6.27.8000 está tratando da matéria.



8. Metas do Poder Judiciário

Acompanhamento



Metas 2018 - Resultado

Meta 1 – Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

TRE-TO 100,5%

1º Grau – 100,4% e 2º Grau 100,8%)

META CUMPRIDA

Meta 2 – Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar até 31/12/2018, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2016.

% Julgamento – 98,91%

% Cumprimento – 109,9%

1º Grau – 109,3% e 2º Grau 100,9%

Responsáveis: CRE (1º Grau) e SJI (2º Grau)

META CUMPRIDA



Metas Específicas JE

Meta 1 JE – Identificar e julgar processos prioritários

Identificar e julgar com prioridade as ações que possam importar em não diplomação ou perda de mandato eletivo, fixando prazo máximo de julgamento, não podendo ultrapassar 12 meses em todas as instâncias.

Responsáveis: CRE (1º Grau) e SJI (2º Grau)

1º Grau: 16,67% / 2º Grau: 7,89%

**META NÃO
CUMPRIDA**

Meta 2 JE – Ações para educação eleitoral

Promover ações voltadas ao esclarecimento sobre os direitos e deveres do eleitor, a importância do ato de votar, a autonomia do eleitor na escolha do candidato e o exercício do voto consciente.

Responsável: EJE

Resultado – **CUMPRIDO** - 25.281 pessoas

META CUMPRIDA



Metas 2019

Meta 1 – Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Meta 2 – Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar até 31/12/2019, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2017

Meta 4 – Priorizar o julgamento dos processos relativos a crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais

Identificar e julgar até 31/12/2019, 90% dos processos referentes às eleições de 2016 e 75% dos processos de candidatos eleitos nas Eleições 2018, distribuídos até 31/12/2018, que possam importar na perda de mandato eletivo



Metas Específicas 2019 - JE

Meta 1 JE – Implantar o Processo Judicial Eletrônico (PJE)

Implantar o processo judicial eletrônico (PJE) em unidades do 1º grau de jurisdição da Justiça Eleitoral.

Meta 2 JE – Ações para educação eleitoral

Promover ações voltadas ao eleitor para ampliar os conhecimentos sobre funcionamento do processo eleitoral.



9. Selo Justiça em Números

Para a Justiça
Eleitoral



Máximo de 825
pontos

TRE-TO



Temos aproximadamente
550 pontos

Média 67% - **SELO BRONZE**

PONTUAÇÃO

Art. 13. O Selo Justiça em Números será concedido obedecendo às seguintes faixas de pontuação:

- I – selo diamante: 90% a 100% da pontuação máxima;
- II – selo ouro: 80% a 89,9% da pontuação máxima;
- III – selo prata: 70% a 79,9% da pontuação máxima;
- IV – selo bronze: 50% a 69,9% da pontuação máxima.



10. Planejamento das Eleições 2020



Incluir tema Acessibilidade no planejamento das eleições

(SEI 0023855-78.2018.6.27.8000, evento 1019889)

Item	Deliberação da Comissão de Acessibilidade
Inclusão do tema acessibilidade na oficina de avaliação das eleições 2018,	Incluir o tema acessibilidade no planejamento das eleições, notadamente nos processos relativos a atendimento externo. Responsáveis ASPEQ\ASPLAN.

DECISÃO 13ª RAE: Nos encontros de elaboração do planejamento integrado das eleições 2020 procurar tratar desse tema.



Validação calendário - Planejamento das Eleições 2020 - Calendário de reuniões por processos SEI 0003579-89.2019.6.27.8000 (evento 1090936)

Pauta:

- 1) Revisão das atividades/tarefas lançadas no PADLOG 2, em razão da duplicação da base de dados de eleição similar;
- 2) Revisão dos riscos em cada processo, utilizando-se o módulo de riscos no sistema Padlog 2;
- 3) Revisão dos indicadores dos processos.

DECISÃO 13ª RAE: Foi aprovado o calendário apresentado sendo que a comissão poderá adequá-lo, caso necessário.



11. Alterações no Plano de Contratações 2019

1. Ação de capacitação "Planejamento Estratégico Ágil" (SEI 0002851-48.2019)
2. Contratação de empresa para fornecimento de medalhas (SEI 0001170-43.2019).
3. Contratação de treinamento continuado em programação e métodos ágeis, com tecnologias utilizadas pelo TRE-TO – (SEI 0001484-86.2019.6.27.8000).
4. Contratação de duas inscrições no evento Conferência de Data & Analytics 2019 – SEI 0005466-11.2019.6.27.8000

DECISÃO 13ª RAE: Foi aprovado o Plano de Contratações 2019 v.3 conforme evento 1093478 (ANEXO V)



“ A maioria das pessoas não planeja
fracassar, **fracassa por não
planejar**”

John L. Beckley